

SESSÃO NACIONAL DO PARLAMENTO DOS JOVENS

Tema em debate: “Crise Democrática: emigração, natalidade, envelhecimento”

1.º Dia – 26 de maio

13h15-13h45 – *Chegada das delegações.*

14h00 Reuniões das Comissões para debate, na generalidade e na especialidade, dos Projetos de Recomendação aprovados nos diversos círculos eleitorais, sob orientação de Deputados da Assembleia da República em representação dos Grupos Parlamentares.

16h00-18h30 Apresentação dos trabalhos do Euroscola.

Durante a tarde os Professores e jovens jornalistas fazem visitas guiadas ao Palácio de S. Bento.

17h00 *Lanche.*

18h00 Programa cultural: *Atuação do Grupo WANNABEES (da Escola Secundária de Moimenta da Beira).*

19h30-21h00 Jantar no Palácio de S. Bento

2.º Dia – 27 de maio

10h00 Abertura solene do Plenário pelo Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Ferro Rodrigues.

10h30 Período de Perguntas:

Apresentação de perguntas a Deputados em representação dos Grupos Parlamentares.

11h30 Debate da Recomendação à Assembleia da República sobre o tema.

Às 12h00 o Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, Deputado Abel Batista, responde, em conferência de imprensa, às perguntas dos jornalistas das Escolas.

13h00 Almoço no Palácio de S. Bento.

14h00-15h30 Conclusão do debate e votação final global da Recomendação. Encerramento da Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

16h00 Cerimónia de atribuição de prémios do concurso Euroscola.

Síntese do programa Parlamento dos Jovens 2013/2014

O programa Parlamento dos Jovens é uma iniciativa institucional da Assembleia da República que procura incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política. É orientado pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura e coordenado, na sua execução, por uma Equipa de Projeto da AR em colaboração com diversas entidades: Ministério da Educação e Ciência, através das respetivas Direções de Serviços Regionais de Educação, Secretarias Regionais que tutelam a educação e a juventude nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude, através do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ, I.P.), da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e do Gabinete do Parlamento Europeu, cujo concurso Euroscola se articula com o programa.

Participaram no programa Parlamento dos Jovens, ao longo do ano letivo 2013/2014, **392** Escolas, representando todos os distritos, regiões autónomas e os círculos de “Fora da Europa”, através da Escola Portuguesa Ruy Cinatti - Díli e da Escola Portuguesa de Macau.

Desenvolvimento do programa:

Após uma fase de debate nas Escolas sobre o tema “**Crise Demográfica: emigração, natalidade, envelhecimento**” e de um processo eleitoral interno que mobilizou cerca de **61 483** alunos - número dos que integraram listas eleitorais, votadas nas Escolas por **60 566** alunos - foram eleitos **1252** deputados às Sessões Distritais e Regionais – organizadas pelo IPDJ. I.P. em todos os distritos e pelas Direções de Serviço Regionais de Educação e Juventude nas Regiões Autónomas – que decorreram entre 10 de março e 1 de abril, com a participação de Deputados da Assembleia da República e a presença de entidades a nível local e regional e de representantes das entidades envolvidas na coordenação.

Nestas Sessões foram aprovados Projetos de Recomendação à AR sobre o tema e foram eleitas **65 Escolas** para participar na Sessão Nacional, cada uma com 2 deputados (nas Escolas do círculo de “Fora da Europa” não se realizam estas Sessões, elegendo cada Escola os seus candidatos à Sessão Nacional).

A **Sessão Nacional** representa o culminar deste trabalho, realizando-se em 2 dias: o primeiro destinado a reuniões de **Comissões**, para debate na generalidade e na especialidade dos projetos de Recomendação aprovados nos círculos eleitorais e o segundo dedicado à **Sessão Plenária** com a participação de **130 jovens deputados**.

Nesta Sessão, após um período de perguntas aos Deputados de todos os Grupos Parlamentares, os jovens fazem o debate e votação final global da sua **Recomendação à Assembleia da República** sobre o tema.

Escolas e deputados eleitos para a Sessão Nacional

Identifica-se, em cada círculo, o deputado eleito Porta-Voz.

Açores

Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos com Secundário de Velas

Rui Azevedo — **Porta-voz**

Alexandre Ávila

Escola Básica e Secundária Maria do Carmo Medeiros

André Nicolau

Tiago Vieira

Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade

Catarina Vieira

Marta Patrocínio

Escola Secundária Antero de Quental

Bárbara Trota

André Gois

Escola Secundária de Lagoa

Marco Campos

Júlio Oliveira

Aveiro

Escola Secundária Homem de Cristo

Francisco Sardo — **Porta-voz**

Romana Lobo

Escola Secundária Marques de Castilho

Ana Graça

João Beirão

Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas

Jorge Vinagre

Cristiano Marinheiro

Agrupamento de Escolas Soares Basto

Isabel Pinho

Miguel Pereira

Centro de Educação Integral

Valter Vieira

Catarina Figueiredo

Beja

Escola Secundária de Serpa

Filipa Engrola — **Porta-voz**

Miguel Mosca

Agrupamento de Escolas de Aljustrel

Ana Areosa

Carolina Galope

Braga

Cooperativa de Ensino Didáxis

Carlos Miguel Rodrigues — **Porta-voz**

Sara Araújo Cunha

Escola Profissional CISAVE

Leonardo Oliveira

Ana Isabel Mendes Silva

Escola Secundária Alberto Sampaio

Miguel Pereira Aragão Aresta

Ednovan Kawendimba Pedro

Escola Secundária de Vila Verde

Pedro Nuno Vilela

Rui Pedro Palmeira

Escola Secundária de Barcelos

Liliana Catarina F. Cruz
Diogo faria Oliveira Martins

Bragança

Escola Profissional Prática Universal de Bragança

Fernando Manuel Martins de Oliveira — **Porta-voz**
Alexandre Cristiano Paulo Collet

Escola Secundária Abade Baçal

Gonçalo António de Jesus Xavier
João Adriano Portela Matos Silva

Castelo Branco

Escola Secundária do Fundão

Afonso Canavilhas — **Porta-voz**
Sílvia Lino

Agrupamento de Escolas Nuno Álvares

Daniela Abrantes
Marta Sofia Marques

Escola Secundária Amato Lusitano

José Ferreira
Patrícia Brasão

Coimbra

Escola Secundária José Falcão

João Bernardo Teles Gonçalves — **Porta-voz**
Paulo Eduardo Carlos

Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho

Viviana Andrade
Alexandra Fonseca

Escola Secundária Cristina Torres

Paula Sofia Nunes Vaz
Rui Pedro Salgueiro Ferreira

Escola Secundária Quinta das Flores

João Paulo Oliveira de Pina Monteiro

João Carlos dos Santos Costa

Évora

Escola Profissional Pública Hortênsias de Castro

Mamede Fernandes — **Porta-voz**

Ana Frade

Escola Secundária de Vendas Novas

Carina Alves

Liah Rosenfeld

Faro

Escola Secundária de Albufeira

Maria Rita Encarnação — **Porta-voz**

Marta Ramos

Escola Secundária Pinheiro e Rosa

Leonardo Correia

Ana Teresa Rodrigues

Fora da Europa

Timor

Escola Portuguesa Ruy Cinatti – Díli

Marcos Freitas de Araújo — **Porta-voz**

Donald Soares Martins

Macau

Escola Portuguesa de Macau

Jorge Nuno Ferrão Santos — **Porta-voz**

Maria Francisca Couto de Paiva Morão

Guarda

Escola Profissional da Serra da Estrela

João Miguel Dias Costa — **Porta-voz**

Diana Cardoso da Silva

Agrupamento de Escolas de Seia

Carla Filipa Abrantes

Ana Margarida Marques

Leiria

Escola Básica e Secundária Dr. José Pascoal de Mello

Fábio David — **Porta-voz**

Cristiana Afonso

Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte

Eduarda Miguel

Mariana Cardeira

Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo

António Carvalho

Beatriz Jacinto

Escola Básica e Secundária da Guia

Beatriz Branco

Inês Fernandes

Lisboa

Escola Secundária Santa Maria

Miguel Cruz — **Porta-voz**

Pedro Alves

Colégio Salesiano

Miguel Morais — **Porta-voz**

Bernardo Alvim

Escola Secundária José Gomes Ferreira

Cláudia Ribeiro

Lara Afonso

Colégio Pedro Arrupe

Maria Inês Castro

Miguel Azinheira

Escola Secundária Leal da Câmara

Diogo Freire

Mauro Freitas

Madeira

Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol

João Dinis Santos Ramos — **Porta-voz**

Marcos Leonardo Neves Mateus

Escola Básica e Secundária de Machico

Ricardo Gil Nunes Franco

Hugo António Ribeiro Alves

Portalegre

Escola Secundária Professor Mendes dos Remédios

Sérgio Charneco — **Porta-voz**

Rui Bagulho

Porto

Escola Secundária Almeida Garrett

Diana Pereira — **Porta-voz**

Gustavo Pereira

Colégio Casa-Mãe

Vasco Ribeiro

Gil Barbosa

Escola Secundária de Ermesinde

Ana Ferreira

Rui Maciel

Escola Secundária Aurélia de Sousa

Carolina Brandão

Tiago Dias

Escola Secundária Inês de Castro

Nuno Moreira

Marcos Ferreira

Santarém

Escola Básica e Secundária José Relvas

Bárbara Alexandra Batista — **Porta-voz**

Laura Madeira Santos

Escola Secundária do Entroncamento

André Neves

Júlia Neves

Setúbal

Colégio St. Peters's School

Maria Helena Almeida — **Porta-voz**

Aúna Nunes

Escola Secundária Lima de Freitas

Beatriz dos Santos Martins

Miguel Martins de Sousa

Viana do Castelo

Escola Básica e Secundária de Melgaço

Micaela Ferreira — **Porta-voz**

Elsa Abreu

Escola Secundária de Ponte de Lima

Ricardo José Ribeiro Fernandes

Maria Ana Avides M. Pinto

Escola Secundária de Arcos de Valdevez

Camila da Costa Quintas

Maria Luís Gonçalves Fernandes

Escola Básica e Secundária de Barroelas

Ana João Gonzaga Silva Ferreira

Rita Luís Gonzaga Silva Ferreira

Vila Real

Escola Secundária/3 S. Pedro

Daniel Gaspar Gonçalves — **Porta-voz**

Gabriela Magalhães de Sousa

Escola Secundária de Valpaços

Adolfo Oliveira Rafael

Daniel Paranhos Cidre

Viseu

Escola Básica e Secundária de Moimenta da Beira

José Diogo Rosário — **Porta-voz**

João Francisco Sarmiento

Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego

Inês Proença

Ricardo Silva

Escola Básica e Secundária de São João da Pesqueira

Álvaro Maria Monteiro Lemos

Beatriz Vaz

Escola Secundária Latino Coelho

Ana Cristina Sousa

Lisandra Carina Silva Maravilha

Notas:

1. O número de Escolas eleitas resultou da deliberação de um júri da AR que teve em conta o número de Escolas participantes em cada círculo eleitoral.
2. Por razões justificadas podem ocorrer eventuais substituições de deputados.

COMISSÕES – Sessão Nacional 2014

Distribuição dos deputados por Comissão

Estão indicados em maiúsculas os [Projetos de Recomendação](#) em debate

Perguntas a preparar pelos Porta-Vozes

1.ª Comissão Sala 1	2.ª Comissão Sala 2	3.ª Comissão Sala 3	4.ª Comissão Sala 6
6 dep. AÇORES Rui Azevedo – Porta-voz Alexandre Ávila André Nicolau Tiago Vieira Catarina Vieira Marta Patrocínio	4 dep. MADEIRA João S. Ramos – Porta-voz Marcos Leonardo N. Mateus Ricardo Gil Nunes Franco Hugo António Ribeiro Alves	6 dep. COIMBRA João Gonçalves – Porta-voz Paulo Eduardo Carlos Viviana Andrade Alexandra Fonseca Paula Sofia N. Vaz Rui Pedro Salgueiro Ferreira	6 dep. AVEIRO Francisco Sardo – Porta-voz Romana Lobo Ana Graça João Beirão Jorge Vinagre Cristiano Marinheiro
6 dep. VIANA DO CASTELO Micaela Ferreira – Porta-voz Elsa Abreu Ricardo José R. Fernandes Maria Ana Avides M. Pinto Camila da Costa Quintas Maria Luís G. Fernandes	6 dep. PORTO Diana Pereira – Porta-voz Gustavo Pereira Vasco Ribeiro Gil Barbosa Ana Ferreira Rui Maciel	6 dep. LEIRIA Fábio David – Porta-voz Cristiana Afonso Eduarda Miguel Mariana Carreira António Carvalho Beatriz Jacinto	6 dep. BRAGA Carlos Rodrigues – Porta-voz Sara Araújo Cunha Leonardo Oliveira Ana Isabel Mendes Silva Miguel Pereira A. Aresta Ednovan Kawendimba Pedro
6 dep. LISBOA Miguel Cruz – Porta-voz Pedro Alves Miguel Morais Bernardo Alvim Cláudia Ribeiro Lara Afonso	4 dep. SETÚBAL M. Helena Almeida – Porta-voz Aúna Nunes Beatriz dos Santos Martins Miguel Martins de Sousa	4 dep. GUARDA João M. D. Costa – Porta-voz Diana Cardoso da Silva Carla Filipa Abrantes Ana Margarida Marques	4 dep. Açores Bárbara Trota André Gois Marco Campos Júlio Oliveira
4 dep. BEJA Filipa Engrola – Porta-voz Miguel Mosca Ana Areosa Carolina Galope	4 dep. BRAGANÇA Fernando Oliveira – Porta-voz Alexandre Cristiano Paulo Collet Gonçalo António J. Xavier João Adriano Portela M. Silva	6 dep. CASTELO BRANCO Afonso Canavilhas – Porta-Voz Sílvia Lino Daniela Abrantes Marta Sofia Marques José Ferreira Patrícia Brasão	2 dep. Coimbra João Paulo O. Pina Monteiro João Carlos dos Santos Costa
4 dep. FORA DA EUROPA Timor Marcos F. Araújo – Porta-voz Donald Soares Martins Macau Jorge. Santos – Porta-voz Maria Francisca C.P. Morão	4 dep. FARO M. Rita Encarnação – Porta-voz Marta Ramos Leonardo Correia Ana Teresa Rodrigues	4 dep. SANTARÉM Bárbara Batista – Porta-voz Laura Madeira Santos André Neves Júlia Neves	2 dep. PORTALEGRE Sérgio Charneco – Porta-voz Rui Bagulho
4 dep. Aveiro Isabel Pinho Miguel Pereira Valter Vieira Catarina Figueiredo	4 dep. VISEU José Diogo Rosário – Porta-voz João Francisco Sarmento Inês Proença Ricardo Silva	4 dep. ÉVORA Mamede Fernandes – Porta-voz Ana Frade José Calção Liah Rosenfeld	4 dep. Porto Carolina Brandão Tiago Dias Nuno Moreira Marcos Ferreira
4 dep. Braga Pedro Nuno Vilela Rui Pedro Palmeira Liliana catarina F. Cruz Diogo Faria Oliveira Martins	2 dep. Leiria Beatriz Branco Inês Fernandes	4 dep. Lisboa Maria Inês Castro Miguel Azinheira Diogo Freire Mauro Freitas	4 dep Viseu Álvaro M.ª Monteiro Lemos Beatriz Vaz Ana Cristina Sousa Lisandra Carina S. Maravilha
	2 dep. Viana do Castelo Ana João G. Silva Ferreira Rita Luís Gonzaga S. Ferreira		4 dep. VILA REAL Daniel Gaspar – Porta-voz Gabriela Magalhães de Sousa Adolfo Oliveira Rafael Daniel Paranhos Cidre
34 deputados 6 Proj. Rec.	30 deputados 6 Proj. Rec.	34 deputados 6 Proj. Rec.	32 deputados 4 Proj. Rec.

Nota: Cada Comissão aprova um projeto comum, após debate, com um limite máximo de 5 medidas e 3 perguntas para serem apresentadas na Sessão Plenária.

CÍRCULO DOS AÇORES

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo dos Açores apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Aumentar os rendimentos e reduzir os impostos das famílias com filhos, através de subsídios, descontos, bónus, pacotes de apoio ao nascimento de um filho de acordo com o rendimento familiar.
- 2.** Aumentar as deduções fiscais e aumentar subsídios relacionados com educação, saúde, habitação e alimentação para famílias numerosas e carenciadas.
- 3.** Incentivar as grandes e médias empresas a contratar uma percentagem de jovens que terminaram a sua formação académica e profissional.
- 4.** Criar condições para a imigração, de modo a que os estrangeiros possam ter a possibilidade de fixar as suas empresas em Portugal, criando novos postos de trabalho fixadores de população ativa, que deixa de ter de emigrar. Para além disso, os imigrantes, na sua grande maioria jovens, contribuirão para o rejuvenescimento da população, aumento da taxa de natalidade e dinamização da economia.
- 5.** Aumento das licenças parentais para que os pais disponibilizem uma maior parte do seu tempo livre numa fase determinante da vida dos filhos.

Aprovado na Sessão Distrital de Açores, realizada a 1 de abril de 2014.

CÍRCULO DE AVEIRO

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Aveiro apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Alteração do regulamento das bolsas do ensino superior de forma a permitir aos bolseiros uma estadia na habitação de um agregado envelhecido. A partilha de casa seria benéfica para ambas as partes, estudantes e idosos dividiriam os acréscimos de gastos, nomeadamente energéticos, de água e outros bens, desta forma, combatia-se a falta de financiamento dos estudantes, o abandono escolar subsequente e a solidão e falta de afeto dos idosos.
2. Nos casos em que a profissão permita a flexibilização do horário laboral pretendemos fomentar o teletrabalho para mulheres durante o seu período de gravidez e após parto quando possível e mediante uma lista de profissões. Por fim, pretendemos que seja considerada a atribuição de incentivos às empresas que invistam em parcerias com instituições de ensino pré-escolar/creches, permitindo melhores condições de trabalho para os pais.
3. Redução dos encargos fiscais para quem optar por se fixar nestas áreas, contribuindo para dinamizar de uma forma mais ativa o setor primário e secundário, criação e reestruturação de infraestruturas (escolas, infantários e postos médicos), deste modo possibilitem e facilitem a fixação de população em áreas pouco atrativas.

Esta medida visaria diminuir a desertificação e envelhecimento do interior e permitiria fomentar o turismo rural, potenciando os recursos endógenos que a região tem para oferecer.
4. Criação de um novo pelouro municipal onde se amplia a ação social à família (ação social e família responsável pelas questões da natalidade, envelhecimento e demografia).
5. Criação e implementação de Empresas Universitárias, por todo o país, para jovens empreendedores, livres de impostos, com apartado fixo na própria universidade, permitindo deste modo, o maior aproveitamento da formação especializada, cativando a contínua estadia dos jovens portugueses, alterando o regulamento das bolsas do ensino superior.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Aveiro em 18 de março de 2014.

CÍRCULO DE BEJA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do Círculo de Beja apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Uma política de maior apoio à natalidade, com o aumento das licenças de paternidade e generalização de subsídios pré-natal.
2. Apoiar e incentivar os jovens empreendedores que têm qualificação e competências para implementar pequenas empresas, de maneira a fixar os jovens no país. Promover o ensino politécnico e a contratação profissional por empresas portuguesas, especializando cada instituto tendo em conta a empregabilidade da região, permitindo a criação de empresas nas zonas mais interiores e desertificadas do país.
3. Promover a divulgação dos mais variados projetos com o objetivo de garantir mais emprego, para evitar à população jovem a emigração.
4. Uma política de maior apoio à natalidade com um aumento da licença de maternidade/paternidade, acesso gratuito à educação e redução dos custos da saúde e educação até ao fim dos estudos académicos.

Aprovado na Sessão Distrital, realizada em Beja a 10 de Março de 2014.

CÍRCULO DE BRAGA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Braga apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Flexibilidade do horário de trabalho para ambos os progenitores.
2. Incentivos fiscais e redução de impostos, para os empreendedores que apresentem projetos válidos para a criação e consolidação de postos de trabalho, se os mesmos produzirem ou utilizarem produtos nacionais.
3. Fomento para a criação de emprego em todo o país, sendo desenvolvidos para a fixação de empresas e conseqüente crescimento económico.
4. Fiscalização de espaços abandonados para criação de novos edifícios, a serem usados para atividade económica nacional de rota turística.
5. Criação de postos de trabalho através da facilitação do crédito às PME's, do apoio à criação de novas empresas através de cofinanciamento da UE, com uma fiscalização apertada, no setor primário (agricultura, pecuária e pesca) assim como no turismo, que permitam a fixação da população jovem e criem melhores condições de vida que permitam aos jovens constituir família mais cedo e mais numerosa.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Braga em 18 de março de 2014.

CÍRCULO DE BRAGANÇA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Bragança apresentam à Assembleia da República as seguintes medidas:

1. Criação de benefícios fiscais e de um plano de incentivos à natalidade e apoio às famílias com descontos imediatos em produtos de puericultura.
2. Conceder crédito bonificado para a criação de empresas por jovens nacionais e estrangeiros nas áreas de empresas “Endógenas”, de sector primário, turismo rural e turismo de praia.
3. Promover e garantir o bem-estar de idosos criando espaços comuns com jovens bem como alterar o cálculo das pensões e reformas de acordo com o número de filhos.
4. Incluir o berçário na rede pública de educação pré-escolar para, deste modo, reduzir o custo da educação dos bebés.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Bragança a 31 de março de 2014.

CÍRCULO DE CASTELO BRANCO

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Castelo Branco apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Ao olhar para a estrutura etária atual do país é notória a ausência massiva de jovens. Esta situação afeta a produtividade nacional, bem como a capacidade inovadora e empreendedora do país. Para combater a redução da natalidade e da fecundidade propomos o seguinte: Redução na taxa de IRS proporcional ao número de filhos por agregado familiar e por regiões e o alargamento do período de licença de parentalidade para 1 ano aumentando-o gradualmente a partir do terceiro filho.
- 2.** Considerando que a esperança média de vida aumentou, situando-se, atualmente, ao nível da média comunitária e revelando tendência para aumentar; considerando que o índice sintético de fecundidade é dos mais baixos dos países da União Europeia; considerando que o aumento do número de idosos e a redução da natalidade se refletem na diminuição do número de ativos com implicações na redução do índice de sustentabilidade e um agravamento do índice de dependência de idosos, propõe-se: A atribuição de incentivos fiscais às empresas que substituam os trabalhadores que se reformem por jovens até aos 35 anos, evitando a diminuição do número de ativos e contribuindo para a sustentabilidade da Segurança Social, sem que se agrave a idade da reforma que, já é uma das mais elevadas da U.E e redução do IRC para as empresas localizadas ou que se venham a localizar no interior do país.
- 3.** Numa altura em que as famílias fazem contas para assegurar os estudos dos seus filhos na universidade, para depois os verem emigrar, consideramos que é urgente uma medida que contrarie esta tendência para benefício a médio prazo da população. Assim propomos o seguinte: Criação de programas, com recurso aos fundos comunitários que visem a adequação da estrutura de qualificação de recursos humanos e a criação de emprego através de um contrato estado/aluno (sendo que o aluno terá de ter mais de 18 anos e o 12º ano completo), em que o Estado garante o financiamento parcial dos estudos (10 % a 40 % em conformidade com o escalão da segurança social) desde que o jovem permaneça no território nacional, pelo menos 4 anos, exercendo uma atividade.

4. Discriminação positiva ao nível dos impostos (IRS, IMI) proporcionais ao número de filhos por família.

5. Incentivar e facilitar a atribuição de linhas de microcrédito a jovens, de modo a combater a emigração jovem, relacionada com o desemprego. É importante garantir o emprego aos jovens, visto ser um fator de fixação da população jovem do país. Defendemos que sejam dadas oportunidades para os jovens até aos 35 anos, concedidos através de fundos europeus, bem como, parcerias com empresas privadas, visando a criação de empresas com marca própria, com aproveitamento dos recursos locais.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Penamacor, a 18 de março de 2014.

CÍRCULO DE COIMBRA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Coimbra apresentam à Assembleia da República as seguintes medidas:

- 1.** Adequação do IRS e dos apoios proporcionados pela segurança social (abono de família) em função do agregado familiar (incluindo apoios alimentares, planos de saúde, apoios a nível escolar e ainda contribuições nas necessidades básicas).
- 2.** Incentivos laborais direcionados para os jovens especialmente a nível do 1º emprego: promoção de estágios profissionais e especializados, numa coligação empresa-estado, que permita uma continuidade após o final do estágio, em que progressivamente a empresa se tornará total responsável pelo salário do jovem e por assegurar a continuidade do trabalho do jovem.
- 3.** Criar incentivos que levem à fixação de jovens no interior. Incentivos a nível laboral, financeiro, fiscal e ao nível dos apoios sociais, que visa diminuir a desertificação e envelhecimento do interior e que permitam fomentar o turismo rural.
- 4.** Para combater a emigração consideramos essencial o apoio do Estado aos setores primário e secundário, concedendo incentivos/subsídios aos jovens para se dedicarem à agricultura e criarem novas e inovadoras empresas.

CÍRCULO DE ÉVORA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Évora apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Atribuição de benefícios no domínio dos preços públicos que se considerem fatores determinantes, tais como a dimensão do agregado familiar e respetivo rendimento anual.
- 2.** Incentivo à criação de empresas centradas em tecnologias especializadas e em articulação com as universidades, no interior do país, promotoras das potencialidades locais, de modo a incentivar a fixação dos jovens e a contribuir para a deslitoralização.
- 3.** Redução da idade da reforma estimulando o envelhecimento ativo. Esta redução tem o objetivo de rejuvenescer o tecido empresarial tanto no setor público como no privado, proporcionando a criação de novos serviços, gerando riqueza. Os custos desta medida não contribuem para a despesa pública, nomeadamente a Segurança Social.
- 4.** Incentivar a exploração do setor primário com a criação de melhores apoios financeiros, renovando e modernizando os métodos utilizados, sendo para isso disponibilizada uma formação profissional aos interessados.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Évora em 18 de março de 2014.

CÍRCULO DE FARO

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Faro apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Diminuir a burocracia e melhorar os serviços de apoio técnico inerentes à aprovação de projetos e criação de empresas, assim como divulgar os programas de apoio existentes.
- 2.** Apoios parentais através de uma política pró natalidade, a desenvolver pelo estado e em estreita ligação com as empresas que pretendam beneficiar de mão-de-obra qualificada e de incentivos fiscais específicos, garantindo-se um acesso prioritário à saúde, acompanhamento pré natal, assistência social e educação às jovens mães e respetivos filhos, através da criação de um fundo de apoio às mulheres grávidas com apoio do tecido empresarial.
- 3.** Diminuição progressiva da taxa de IRS, IMT e IVA sobre o consumo de água, gás e eletricidade em função do número de filhos, sendo que quanto maior for esse número, menor será a taxa aplicável.
- 4.** Garantir uma maior igualdade de oportunidades no ensino através de apoios financeiros e sociais à educação (manuais, transportes e alimentação); melhoria da rede de creches, aumento do número de residências universitárias, atribuição de subsídios de alojamento a jovens e criação de facilidades aos estudantes estrangeiros.
- 5.** Alteração dos Direitos dos trabalhadores no sentido de tornar os contratos de trabalho mais longos e, preferencialmente, oferecendo perspetivas de progresso na carreira.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Faro em 25 de março de 2014.

CÍRCULO DE FORA DA EUROPA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do Círculo de Fora da Europa – Escola Portuguesa Ruy Cinatti, Díli apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Atribuição de subsídios aos casais que visem apoiar as despesas decorrentes da educação, de tratamentos médicos e de vacinação e de transportes realizadas por cidadãos portugueses até aos quinze anos de idade.
2. Diminuir a taxa de desemprego jovem com a criação de postos de trabalho e de estágios profissionais e com a realização de formação complementar.
3. Apoio a tratamentos de fertilidade a pessoas que não tenham a possibilidade de o fazer e que queiram ter filhos.

Aprovado na Sessão Escolar realizada a 21 de janeiro de 2014.

CÍRCULO DE FORA DA EUROPA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do Círculo de Fora da Europa – Escola Portuguesa de Macau - apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. O aumento para, no mínimo, quatro meses do período da licença de maternidade obrigatória e criação de uma licença de um ano civil concedida a um dos progenitores do recém-nascido, além do tempo atualmente previsto, sendo que o aumento se destina a combater as pressões muitas vezes exercidas pelos empregadores.

A criação, não de subsídios, mas de ajudas económicas às famílias portuguesas, como a redução do IVA nos produtos indispensáveis para bebés.

Tornar gratuito o acompanhamento pediátrico necessário ao desenvolvimento saudável do recém-nascido.

2. Combate mais eficaz à imigração ilegal, pois esta aumenta a criminalidade do País e cria sentimentos xenófobos na população portuguesa.

Criação de mecanismos de integração de imigrantes na sociedade nacional, sendo que consideramos que seria bastante vantajosa uma maior facilidade na concessão da cidadania portuguesa aos imigrantes que estejam integrados na nossa sociedade.

Criação de um departamento estatal destinado a reger e controlar as necessidades de mão-de-obra do nosso país, controlando a imigração de acordo com as carências de mão-de-obra nacionais. Esta imigração controlada não iria aumentar ainda mais o flagelo que é o desemprego em Portugal, mas sim suprimir o mesmo.

3. Alterações de cariz educativo, tendo em vista a diminuição do desemprego jovem e a diminuição dos gastos do Estado Português nos subsídios aos cursos superiores que não têm saída de mercado e evitando assim, a emigração dos jovens portugueses.

Realização de estudos intensivos sobre as necessidades de mão-de-obra para o mercado nacional e a elaboração de cursos de acordo com essas necessidades. Abertura de vagas nas Universidades Públicas de acordo com as necessidades futuras de mão-de-obra por parte do mercado interno. Deste modo, as escolhas da juventude não iriam afetar negativamente a produção nacional e o seu próprio futuro.

Fomento das parcerias entre as universidades e as empresas no campo da investigação e desenvolvimento para reduzir o desemprego jovem e promover a inovação nacional.

Aprovada na sessão escolar realizada a 21 de janeiro de 2014.

CÍRCULO DA GUARDA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo da Guarda apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Implementar um sistema de informação sobre a realidade socioeconómica dos países de destino dos emigrantes portugueses.

2. Criar um programa multivariado de apoio às mães, aos filhos e às famílias, nomeadamente com o aumento do abono das crianças, na idade até dois anos, e possibilitar às mães receber o salário por inteiro nos primeiros dois anos de vida do seu filho, excluindo os aspetos à atual lei da licença de maternidade. Se as empresas incentivarem os seus trabalhadores a usufruírem deste programa irão beneficiar na taxa social única.

Implementação/incremento de políticas de apoio à natalidade tais como uma redução do IVA dos produtos destinadas a bebés, alargar os direitos do abono de família e direito ao subsídio de arrendamento para a habitação jovem

3. Incentivar a cooperação intergeracional de forma a aproveitar o potencial de “saber” de que os mais idosos são portadores.

4. Abertura de edifícios reabilitados à microincubação empresarial e ao empreendedorismo jovem e qualificado, para combater a emigração, criando emprego e dinamizar as famílias.

5. Promover a existência e criação de pequenas e médias empresas, quer facilitando a sua criação, quer concedendo benefícios fiscais, nomeadamente



nas empresas do interior, sendo que estas ter-se-iam de comprometer a manter a sua sede num período de cinco anos.

Aprovado na Sessão Distrital realizada na Guarda em 10 de Março de 2014.

CÍRCULO DE LEIRIA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Leiria apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Emigração - Financiar patentes portuguesas garantindo que os seus criadores continuem no nosso país, e que parte dos lucros destas mesmas patentes revertam para o fomento da economia nacional, através da abertura de novas empresas. Esta medida irá gerar novos postos de trabalho e impedir a emigração de cientistas, de investigadores e de mão-de-obra menos qualificada.
- 2.** Natalidade – Reestruturação dos subsídios e licenças de maternidade ou paternidade, de maneira a promover uma natalidade não tão tardia, atribuindo licenças e subsídios de maior valor a casais que decidam ter dois filhos antes dos 30 anos ou três filhos antes dos 35. Às famílias com 3 ou mais filhos diminuir também os encargos per capita.
- 3.** Envelhecimento – Atenuar os efeitos que o envelhecimento populacional traz ao país. Uma medida a ser implementada é o incentivo à criação de emprego por parte das pequenas e médias empresas com maiores dificuldades através da redução do IVA e do IRC, a criação do micro - crédito e a disponibilização de infra estruturas do Estado, com rendas significativamente mais baixas para apoiar as empresas a dar os primeiros passos.
- 4.** Atribuição de apoios sociais alternativos. Revisão dos encargos per capita em função do agregado familiar discriminando positivamente as famílias numerosas.

5. Criação de uma bolsa de terras, mais vocacionadas para zonas de baixa densidade populacional, sendo que os investidores terão direito a uma TSU reduzida.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Leiria em 25 de março de 2014.

CÍRCULO DE LISBOA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Lisboa apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Diminuição do IRC para empresas que se comprometam a criar emprego jovem. A redução do IRC estará também disponível para empresas que disponibilizem serviços de creche aos seus colaboradores.
- 2.** Criação de condições favoráveis à natalidade no sentido de proporcionar aos casais um ambiente propício ao bem estar familiar, facilitando o arrendamento habitacional jovem e aumentando a licença de parentalidade para 36 semanas, assegurando as regalias laborais.
- 3.** Obrigatoriedade da introdução do número de elementos do agregado familiar para o cálculo de taxas, impostos e outras contribuições. Ex: IMI, Tarifa Familiar da Água, etc.
- 4.** Revitalização das zonas rurais através de projetos de industrialização agropecuária, tendo em vista a criação de incentivos à instalação de jovens casais em zonas rurais, actualmente em processo de desertificação e com a construção ou organização de estruturas de apoio social, nomeadamente creches e centros de Tempos Livres; venda a preços simbólicos ou aluguer de terrenos municipais, para construção de casas, instalação de micro empresas, ou exploração agrícola, com o objetivo final de promover o desenvolvimento rural, evitando a litoralização, fomentando a fixação de populações, alterando os índices negativos da balança comercial e impedindo a emigração.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Lisboa em 18 de março de 2014.

CÍRCULO DA MADEIRA

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo da Região Autónoma da Madeira apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Incentivos ao aumento da natalidade através da atribuição de mais benefícios fiscais às famílias, a partir do segundo filho, tais como dedução de despesas com fraldas e alimentação; aumento do número de famílias beneficiárias de abono, diminuição do valor do ensino pré-escolar público, mais apoios aos estudantes.
- 2.** Incentivar a criação de novos postos de trabalho, apoiando novos empreendedores e empreendimentos portugueses, apostando na formação dos mesmos.
- 3.** Redução das mensalidades nos estabelecimentos de educação pré-escolares (creches, infantários) e alargamento da licença de maternidade/paternidade.

Aprovado na Sessão Regional da Região Autónoma da Madeira, a 1 de abril de 2014.

CÍRCULO DE PORTALEGRE

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os Deputados do Círculo de Portalegre apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Investimento nas atividades profissionais e económicas, atraindo para o setor primário e secundário jovens, a fim de desenvolver a base da economia nacional.
- 2.** Atribuição de benefícios fiscais a empresas criadas por jovens e/ou que empreguem jovens.
- 3.** Captar investimento estrangeiro, atribuindo benefícios fiscais a empresas estrangeiras que se instalem em Portugal e que empreguem Portugueses.
- 4.** Reformular a política do abono de família, criando um imposto sobre as parcerias público-privadas de forma a direcionar estas receitas para a respetiva prestação social.
- 5.** Cooperação económica e social intercidades, através da criação de centros de decisão económica, com o objetivo de desenvolver uma estratégia de combate á emigração atraindo população jovem de forma permitir o aumento da natalidade.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Portalegre a 25 de Março de 2014.

CÍRCULO DO PORTO

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo do Porto apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Reforço do apoio financeiro às famílias carenciadas e numerosas (com três ou mais filhos), estendendo-se ao transporte escolar, à alimentação e, cumulativamente, a bolsas de estudo ou de mérito atribuídas pelas instituições de ensino, a vigorar enquanto os jovens tenham aproveitamento escolar.
- 2.** Manutenção do carácter vinculativo e não precário dos empregos por parte das empresas, respeitando-se efetivamente a lei dos “recibos verdes” já existente, sem exceções.
- 3.** Canalização de fundos do QREN 2014-2020 para o desenvolvimento do turismo, com maior ênfase no TER e na especialização de indústrias em setores de maior valor acrescentado.
- 4.** Atribuição de benefícios fiscais às empresas que possuam creches e infantários, visando conciliar a vida profissional com a vida familiar dos trabalhadores, e também implementar medidas subsidiárias com forte fiscalização de modo a atenuar as desigualdades.

Aprovado na Sessão Distrital realizada no Porto em 11 de março de 2014.

CÍRCULO DE SANTARÉM

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Santarém apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Atribuir benefícios fiscais às empresas que contratem jovens de forma a proporcionar-lhes estabilidade laboral e financeira e a empresas que apliquem medidas de “no stress time” e de apoio aos agregados familiares. Aplicar também incentivos fiscais a empresas que apliquem a reforma progressiva, beneficiando assim o envelhecimento ativo.
- 2.** Humanizar as leis laborais flexibilizando o horário de um dos progenitores de modo a poder acompanhar os filhos durante os primeiros anos, e criando infraestruturas para esses mesmos filhos de modo a proporcionar aos pais um melhor controlo da sua segurança sem prejuízo salarial para os pais devido aos benefícios atribuídos às empresas que incentivam a natalidade.
- 3.** Aumento da comparticipação dos tratamentos de fertilidade, alterando as restrições atuais de modo a que se possa fazer mais do que um tratamento anualmente, independentemente do estado civil e da duração da união.
- 4.** Criação do “CARTÃO FAMILIA +”: O cartão aplica-se a famílias com dois ou mais filhos. Com este cartão, as famílias verão reduzido e/ou isento de IVA em produtos destinados a bebés e crianças, como por exemplo fraldas, papas ou leite em pó, produtos de higiene, entre outros. Além deste benefício, o cartão permitirá descontos em bens alimentares em geral, assim como noutros bens de primeira necessidade como sejam os transportes públicos, roupa (em lojas aderentes), em material escolar e didático e na cultura. Permitiria ainda a redução e, eventualmente nos casos de maior desfavorecimento económico, isenção das taxas moderadoras. Uma outra vertente do cartão seria permitir um maior acesso ao crédito em condições favoráveis. Assim, conseguimos promover o bem estar económico da família.
- 5.** Programas de apoio do Estado a jovens recém licenciados ou desempregados para a criação de empresas do sector primário (cortiça, vinhos, azeite, pesca,...) e secundário com uma indústria intensiva em tecnologia (aeronáutica, farmacêutica, engenharias, ...) que utilize as energias renováveis.



Aprovado na Sessão Distrital realizada em Salvaterra de Magos em 1 de abril de 2014.

CÍRCULO DE SETÚBAL

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Setúbal apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** Investimento na criação de equipamentos sociais.
- 2.** Incentivo à natalidade através da atribuição de benefícios fiscais, nomeadamente a diminuição de impostos à famílias mais numerosas.
- 3.** Repovoamento do interior do país que, devido à sua baixa densidade populacional, necessita de medidas suplementares, sugerindo-se, assim, o apoio à PME em meio rural para diminuir o êxodo rural, a emigração e o desemprego. Valorizando o património regional.
- 4.** Redução do tempo legal para quem necessita de licenciamentos e autorizações para investir em Portugal.
- 5.** Promoção de projetos cujo objetivo seja evitar ao máximo os desperdícios na nossa comunidade, procurando redistribuir pelas famílias mais carenciadas os excedentes, contribuindo, assim, para melhorar a estabilidade familiar e evitar a migração das mesmas.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Setúbal a 25 de março de 2014.

CÍRCULO DE VIANA DO CASTELO

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Viana do Castelo apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Fomentar a criação de “Incubadoras de empresas” e conduzir à viabilidade das mesmas;
2. Criação de Apoio ao Emprego, via reembolso da TSU-Taxa Social única e criação de condições financeiras específicas para empresas que conjuguem a vida pessoal e profissional e fixem trabalhadores jovens;
3. Isenção de Impostos e uma política fiscal mais favorável para famílias numerosas: Propõe-se a aplicação de taxas de IMI e IRS gradualmente mais baixas à medida que aumenta o nº de filhos;
4. Isenção de Impostos e uma política fiscal mais favorável para famílias numerosas: Propõe-se a aplicação de taxas de IMI e IRS gradualmente mais baixas à medida que aumenta o nº de filhos;
5. Incluir os filhos no cálculo do rendimento *per capita* relativamente ao IRS;
6. Aumentar a flexibilidade laboral, através de legislação adequada, de maneira a que as mulheres possam ter efetivamente, dupla função: mães e trabalhadoras.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Viana do Castelo em 01 de abril de 2014.

CÍRCULO DE VILA REAL

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Vila Real apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

- 1.** A reorganização do território possibilitaria a atribuição de determinadas competências ao poder local, de modo a permitir um melhor aproveitamento dos seus recursos endógenos, demarcando-se das políticas dos grandes centros que pouca ou nenhuma atenção prestam ao interior.
- 2.** Criação de mecanismos de ligação entre o ensino e o mercado de trabalho, através do incentivo ao empreendedorismo ao longo da educação, de modo a aumentar o emprego para os jovens portugueses, evitar a fuga de jovens altamente qualificados e aproveitando melhor a educação ministrada em Portugal e todos os custos que isso acarreta para o Estado.
- 3.** Criação de um Banco de Fomento Jovem. Dar incentivos e fomentar projetos que tenham como local de atuação regiões do país onde se façam sentir mais os efeitos desta crise demográfica. É nossa opinião que se fores um jovem dinâmico, criativo e com vontade de investir naquilo que de melhor o teu país tem para te dar, deveriam existir apoios a nível da carga fiscal, apoios na divulgação do teu projeto e apoios que incentivem a empregabilidade jovem.
- 4.** Criação de um Banco de Fomento Jovem com o propósito de dar incentivos, fomentar projetos e encaminhar os jovens de modo a não deixar fugir as mais brilhantes mentes nas quais o Estado investiu. Estes incentivos seriam dados por exemplo, através da redução das cargas fiscais, tendo em conta o local de atuação no país, de modo a atenuar os efeitos da crise demográfica.

5. Apoio a famílias com filhos, com acréscimos proporcionais ao número de filhos, a nível financeiro e de benefícios fiscais, a partir do quarto filho a mãe passaria a beneficiar do ordenado mínimo, com a mesma duração de um abono de família, de modo a que as crianças possam receber uma educação digna. Os apoios financeiros devem ser utilizados de forma conveniente para a estabilidade da família.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Vila Real, em 10 de março de 2014.

CÍRCULO DE VISEU

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Viseu apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Criação de uma bolsa de recursos para as famílias com mais de 2 filhos. Esta bolsa incluiria subsídios mensais por parte das juntas de freguesia e Câmaras Municipais para que as famílias tivessem mais filhos e se pudessem fixar no interior do país.
2. Campanhas de sensibilização através dos meios de comunicação social, para que as pessoas não se apoiem num suporte financeiro mas num suporte afetivo, no qual sejam elaborados planos de contenção de custos.
3. Criar mais espaços onde os idosos possam estar em contato com a juventude evitando assim o seu isolamento e incentivando os laços entre as diferentes classes etárias. Tais espaços poderão passar pela adaptação de escolas primárias encerradas, de maneira a funcionarem como centros ocupacionais para jovens e idosos.
4. Criação de políticas de apoio no percurso académico por parte do estado a crianças e jovens portugueses.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Viseu a 1 de abril de 2014.